



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

040

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0192643-2/02

EMBARGANTE: Elias José da Silva

EMBARGADO(S): Estado de Pernambuco, FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

R 2527
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RECURSO IMPROVIDO. 1. Conforme visto no acórdão embargado, a sua fundamentação é clara e suficiente, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação aplicável à matéria. 2. No caso, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu a vantagem denominada adicional de inatividade, hoje parcela autônoma de vantagem pessoal. 3. De maneira semelhante, o embargante jamais percebeu proventos de "Terceiro-Sargento PM". 4. Ou seja, a pretensão em lume consiste em agregar um *plus* (um aumento) ao *status quo* remuneratório do embargante, não se podendo cogitar de qualquer decurso em sua remuneração a justificar a aplicação do princípio da irredutibilidade de vencimentos. 5. Nessa ordem de idéias, também não se verifica qualquer ofensa ao princípio da legalidade. 6. Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 7. A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante. 8. Embargos improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0192643-2/02, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 1 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



56
041

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0192643-2/02

EMBARGANTE: Elias José da Silva

EMBARGADO(S): Estado de Pernambuco, FUNAPE -- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por **Elias José da Silva** em face de acórdão que **negou provimento** a Recurso de Agravo por ele interposto, mantendo, via de consequência, a terminativa monocrática que confirmara a sentença de primeiro grau, a qual, por sua vez, julgou improcedente o pedido autoral, consistente na retificação do seu ato de reforma, a fim de que os seus proventos fossem fixados com base no grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM", bem como a implantação do adicional de inatividade em percentual, nos moldes da Lei nº 10.426/90

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que o acórdão impugnado teria sido omisso acerca dos princípios da legalidade e irredutibilidade de vencimentos.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PLEITO DE RETIFICAÇÃO DE ATO DE REFORMA PARA ADEQUÁ-LO AO DISPOSTO NO ART. 98, § 2º, "C", DA LEI Nº 10.426/90. PROVENTOS DO GRAU HIEÁRQUICO SUPERIOR DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. NORMA TACITAMENTE REVOGADA. INCIDÊNCIA DO ART. 21, CAPUT, DA LC Nº 59/2004. IMPLANTAÇÃO DO ADICIONAL DE INATIVIDADE. AUSÊNCIA DE TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. A sentença de primeiro grau foi elaborada nos moldes do artigo 285-A, do CPC, tendo o agravante reiterado nesta sede recursal a alegação de inconstitucionalidade da referida norma adjetiva, a qual é de ser rejeitada, tendo em



57
1
042

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

vista o dispositivo atender às garantias do devido processo legal, ao facultar à parte insatisfeita o direito de recorrer da decisão liminar de "total improcedência" ao tribunal competente, com a citação do réu para responder ao recurso. 2. No que se refere ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, observe-se que esta buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 1998. 3. Deveras, com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74. 4. No caso vertente, o agravante foi reformado por incapacidade física definitiva, tendo a sua transferência para a inatividade se realizado com proventos do grau hierárquico imediato de "Cabo PM", em conformidade com o art. 21, caput, da LC nº 59/04, e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual. 5. No que tange ao pleito de percepção do adicional de inatividade, nos moldes da Lei nº 10.426/90, não comprovou o agravante que, em 05 de junho de 1999, tivesse ele reunido as condições necessárias à sua transferência para a inatividade, de modo a permitir a invocação, em tese, de eventual direito adquirido à percepção do adicional de inatividade quando da subsequente formalização da aposentadoria. 6. Frise-se, ao cabo, que a matéria trazida à baila no presente recurso de agravo foi efetivamente enfrentada no julgamento da apelação cível, não tendo o agravante apresentado novos argumentos aptos a infirmar os termos em que lançada a decisão guerreada. 8. Recurso de agravo improvido".

Conforme visto, resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, sob a perspectiva da inexistência do direito pretendido, nos termos da decisão recorrida.

Com efeito, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu a vantagem denominada adicional de inatividade, hoje parcela autônoma de vantagem pessoal.

De maneira semelhante, o embargante jamais percebeu proventos de "Terceiro-Sargento PM".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

58
)

043

Ou seja, a pretensão em lume consiste em agregar um *plus* (um aumento) ao *status quo* remuneratório do embargante, não se podendo cogitar de qualquer decurso em sua remuneração a justificar a aplicação do princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Nessa ordem de idéias, também não verifico qualquer ofensa ao princípio da legalidade.

Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante.

Tenho por inexistentes, pois, quaisquer omissões nos presentes embargos, razão pela qual **nego-lhes** provimento.

Recife, 4 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator